



ISSN: 2230-9926

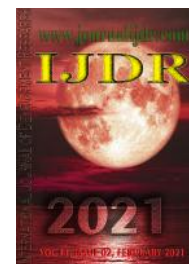
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 02, pp.44600-44605, February, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21000.02.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

RESEARCH IN PREVENTIVE ARCHEOLOGY DURING THE CORONAVIRUS PANDEMIC

^{1,*}Cristiana de Cerqueira Silva Santana, ²Gilmar D'Oliveira Silva, ³Hélio Augusto de Santana, ⁴Fátima Cristina da Silva Oliveira, ⁵Marcone Cunha Carneiro, ⁶Daivisson Batista Santos, ⁷Joyce Avelino Carneiro Santana

¹Doutora. Arqueóloga, Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Brasil; ²Especialista. Arqueólogo da Território Arqueologia, Brasil; ³Especialista. Arqueólogo da HAS Consultoria Arqueológica, Brasil; ⁴Metre. Arqueóloga, Professora do curso de Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia, Brasil; ⁵Graduado. Arqueólogo da Patrimonium Arqueologia, Brasil; ⁶Mestre. Arqueólogo da Archaivos, Brasil; ⁷Doutora em Arqueologia. Patrimônio Arqueologia, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 26th December, 2020

Received in revised form

09th December, 2020

Accepted 04th January, 2021

Published online 24th February, 2021

Key Words:

Workplace Safety, COVID-19, Archaeological Research.

*Corresponding author:

Cristiana de Cerqueira Silva Santana

ABSTRACT

The impact of the COVID-19 Pandemic on field work in Preventive Archeology is the theme of this article, which aims to discuss the prevention protocols against the new coronavirus practiced by companies that contracted Archeology services in Brazil during the year 2020, combined with this, to observe the pressures and insecurities suffered by archeology professionals in the context of their work activities in the field during the pandemic process. The research was carried out based on the analysis of the experimental reports of Archaeologists who worked in the field during the pandemic. The results show that in most cases there was no training in work safety for the pandemic moment, nor was there any inspection about the practices of the teams. The results also indicate that preventive care was much more individual and focused on the guidelines available in the media and social networks, leaving anguish and insecurity as the most common feelings among those who worked during this period.

Copyright©2021, Cristiana de Cerqueira Silva Santana, Gilmar D'Oliveira Silva, Hélio Augusto de Santana, Fátima Cristina da Silva Oliveira, Marcone Cunha Carneiro, Daivisson Batista Santos, Joyce Avelino Carneiro Santana, 2021. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Cristiana de Cerqueira Silva Santana, Gilmar D'Oliveira Silva, Hélio Augusto de Santana, Fátima Cristina da Silva Oliveira, Marcone Cunha Carneiro, Daivisson Batista Santos, Joyce Avelino Carneiro Santana, 2021. "Research in preventive archeology during the coronavirus pandemic". *International Journal of Development Research* 11, (02), 44600-44605.

INTRODUCTION

A pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) deflagrada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 (OPAS-BRASIL, 2020), tomou a todos de assalto, mudando hábitos, modificando a vida em quase todo o planeta. As relações e rotinas de trabalhos, em muitos casos foram profundamente alterados levando alguns profissionais à exaustão, como no caso dos profissionais da área de saúde que trabalham na frente de atendimentos. Outros profissionais e setores se reinventaram após o fechamento de empresas e vagas de trabalho. Praticamente todas as áreas profissionais foram mais ou menos afetadas pela Pandemia e com a Arqueologia não poderia ser diferente. Do ponto de vista da execução laboral, a Arqueologia precisa realizar pesquisa de campo, necessitando, por conseguinte, deslocar, hospedar e contratar equipes locais para a execução dessas atividades práticas. A Arqueologia, enquanto uma ciência social, que estuda sociedades humanas passadas e até presentes, por meio de sua cultura material, executa suas

atividades de coleta de vestígios para estudos, a partir das campanhas de campo. Embora devamos considerar que esse "campo" não seja necessariamente um espaço rural, mas, muitas vezes urbano e até mesmo as coleções já curateladas em Reservas Técnicas. Não obstante a necessidade de realizar tais pesquisas em campo, essa disciplina abarca duas vertentes, nem sempre separadas, que consistem na Arqueologia Acadêmica e na Arqueologia Preventiva de Contrato. Esta última relacionada ao estudo em contextos de licenciamentos de empreendimentos, cujo intuito é atender à legislação e às instituições governamentais reguladoras da pesquisa arqueológica. No caso da Arqueologia brasileira cabe o atendimento à Constituição de 1988 e mais especificamente ao conjunto de normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Quando aqui colocamos que essas duas vertentes da Arqueologia nem sempre estão dissociadas é porque a Acadêmica pode também se valer das pesquisas de campo da Preventiva para produzir estudos secundários. Conforme salienta Caldarelli (2015, p. 10), ainda se faz importante devido ao "alcance da arqueologia preventiva na produção de conhecimentos novos sobre locais e regiões do território brasileiro". Também, a Arqueologia Preventiva goza dos avanços na disciplina,

produzidos na Academia. Assim, a reciprocidade entre essas vertentes da pesquisa arqueológica nem sempre é conflitante, pois, como salienta Zanettini e Wichers (2014, p. 241), “(...) muitos profissionais de universidades públicas e privadas nunca deixaram de desenvolver projetos relacionados ao licenciamento de empreendimentos, evidenciando o quão frágil é esta dicotomia, propalada por alguns profissionais”. A pesquisa arqueológica preventiva ou de contrato no Brasil tem sido tão imperativa que entre 2001 e 2014 o número de portarias de pesquisas emitidas pelo IPHAN aumentou significativamente, de 117 em 2001 a 1600 em 2014 (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2016). Os dados relatados por Zanettini e Wichers (2014, p. 244) advertem que “O número de profissionais indicados nas referidas portarias também aumentou, de 105 em 2003, para 563 em 2014, apontando para um crescimento acumulado da ordem de 436% e média anual de 16%.”

Aliado a esse crescimento, dois fenômenos se interligam, a legislação voltada ao licenciamento ambiental e o incremento desenvolvimentista do país que levou à necessidade de melhor infraestrutura. Dada a necessidade da adequação da legislação patrimonial que atendesse a esse novo cenário da pesquisa arqueológica no país, diretamente vinculada ao licenciamento de empreendimentos, o IPHAN, no ano de 2002, publica a Portaria IPHAN 230/02 específica para as atividades de licenciamento (BRASIL, 2002). O outro fenômeno corresponde ao próprio aumento na quantidade de empreendimentos, esses direta ou indiretamente relacionados ao panorama desenvolvimentista que o país vinha experimentando no início dos anos 2000, mas, mais especificamente após o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciado no ano de 2007 (BRASIL, 2020b). A pesquisa arqueológica preventiva é tão hegemônica em termos quantitativos no Brasil, que correspondia em 2015 a 95% do total das portarias de pesquisas expedidas no país (Zanettini e Wichers, 2014). No ano de 2020, essa concentração aumentou ainda mais, pois, 97,4% das portarias expedidas pelo IPHAN no ano de 2020 foram destinadas a pesquisas de Arqueologia preventiva, segundo cálculos realizados por nós, a partir da lista de Portaria publicadas pelo órgão (BRASIL, 2020a). Os dados ainda disponíveis nesse órgão indicam que, apesar do ano de 2020 ser atípico, pois, encontra-se em plena Pandemia da Sars-Cov-02, o quantitativo de portarias do ano de 2020 (1969 portarias de pesquisas arqueológicas expedidas pelo IPHAN) encontra-se praticamente igual a do ano de 2019 (2001 portarias de pesquisas arqueológicas expedidas pelo IPHAN). Esses dados indicam que a pesquisa de campo em Arqueologia, voltada ao licenciamento de empreendimentos no Brasil, continua alta, mesmo em tempos pandêmicos. Contudo, conforme já relatado, a Arqueologia Preventiva, diferentemente da Arqueologia Acadêmica, envolve a participação empresarial ativa. As empresas de arqueologia contratam trabalhadores e ou subempreitam outras empresas de Arqueologia, assumindo o licenciamento arqueológico em obras públicas e particulares. Por estar dentro de um ramo empresarial, portanto, competitivo, vive grande dilema durante essa fase de pandemia da Sars-Cov-02 que é a de continuar suas rotinas de trabalhos em campo, sem correr riscos de contágio de COVID-19. Diante disso, propomos analisar como questão principal, dentro do ponto de vista da segurança do trabalho e na perspectiva do momento pandêmico, as orientações de segurança de empresas contratantes, repassados aos profissionais e/ou empresas de arqueologia preventiva contratadas para atividades de pesquisa em campo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é justamente discutir a rotina de cuidados e prevenções contra a contaminação pelo novo coronavírus, implementadas pelas empresas contratantes, bem como as pressões e inseguranças que os profissionais de arqueologia vêm passando, durante o desenvolvimento de suas atividades laborais em campo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa (GODOY, 1995) e para a parte empírica utilizamos relatos experienciais de pesquisadores em Arqueologia que trabalharam em pesquisas arqueológicas de campo para licenciamentos de empreendimentos no Brasil, entre março a novembro de 2020. Os

relatos foram fornecidos por pesquisadores (Arqueólogos e Técnicos de Arqueologia), por meio do aplicativo WhatsApp, após contato inicial dos pesquisadores. Por questões éticas não informamos nomes de pessoas, de empresas, ou ramos dos empreendimentos, bem como o Estado onde ocorreram os empreendimentos.

RESULTADOS

Relatos do Início da Pandemia

Relato Experiencial 1: A primeira experiência de campo, se deu logo que se iniciaram os primeiros casos da COVID-19 no Brasil, no centro de uma cidade de grande porte. Entre fevereiro e março de 2020 a pesquisa arqueológica já estava acontecendo quando o primeiro caso foi relatado dentro do estado em que estávamos trabalhando. A princípio, no ambiente de trabalho, houve inquietação, mas, apenas por parte dos funcionários (operários) que trabalhavam no mesmo ambiente, e tinham contato direto entre eles e a população. Essa preocupação e cuidado se deu de modo individual, instigada pelo medo da doença, até então ser desconhecida. Os setores da gerência, engenharia, financeiro, administrativo e segurança/enfermaria da empresa empreendedora não passaram orientações para os funcionários, incluindo aos Arqueólogos, fato que levou a incertezas por parte dos trabalhadores. Além disso, o acesso a esses setores passou a ser restrito, e apenas para urgências, com o máximo de distanciamento, pois, esses setores iniciaram o trabalho *home office*. Assim, para o restante dos funcionários, incluindo os arqueólogos, não tinha disponível recursos básicos de higiene, tais como sabão, álcool em gel, máscaras e nem aferidor de temperatura na portaria e/ou em campo. Apesar de existir uma equipe técnica de segurança, não houve orientações para os funcionários, tão pouco fiscalização, mesmo que obedecessem o distanciamento social. A única orientação do empreendedor consistiu na distribuição de *defolder*, por diversos locais do ambiente de trabalho, nas paredes do refeitório, portaria, dentre outros locais, o *folder* foi elaborado por terceiros. Nesse momento da pandemia o medo e a insegurança era dominante entre os trabalhadores da Arqueologia. Após as primeiras suspeitas de casos de COVID-19 junto aos trabalhadores terceirizados da engenharia, a empresa contratante passou a realizar o monitoramento com auxílio de uma enfermeira portando aferidor de temperatura. Essas ações aconteceram apenas para os funcionários que apresentavam algum tipo de sintoma. Durante todo o processo com e sem acompanhamento de profissionais da área de saúde, alguns trabalhadores foram diagnosticados com COVID-19 e um desses funcionários veio a óbito. Os positivados para a doença foram afastados, outros trabalhadores que tiveram contato com os positivos para COVID-19 não foram separados dos demais, e as atividades seguiram normalmente. Especificamente sobre a equipe de arqueologia, independente das orientações/descaso do empreendedor, passou-se a tomar todos os cuidados desde o início, com o uso de máscaras, álcool em gel, lavagem regular das mãos com água e sabão, e mantendo o distanciamento social. A equipe resolveu seguir todas as recomendações da OMS para evitar o contágio, independente da falta de orientações por parte dos responsáveis pelo empreendimento.

Relato experiencial 2: O primeiro empreendimento que trabalhamos estava acontecendo quando a Pandemia chegou ao Brasil e, nesse momento estávamos em plena atividade no centro comercial de uma importante cidade de grande porte. Como o empreendimento era para uma estatal nós seguimos com as orientações do governo do estado ao qual o empreendimento estava atrelado. Como este tinha financiamento internacional envolvido e o governo estatal estava tomando medidas de segurança, os cuidados seguiram, com orientações para distanciamento, uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), máscaras N-95, álcool em gel. O empreendedor realizava a limpeza de toda a área de trabalho, contudo, como a pesquisa de Arqueologia exigia estudo em áreas fora dos limites do escritório do empreendedor, nesse sentido, a empresa de Arqueologia usou seus próprios procedimentos de segurança. Após algumas semanas de início de casos na cidade, o trabalho teve que ser suspenso em decorrência da paralização de várias atividades.

Relatos durante o Desenvolvimento e Apogeu da Pandemia

Relato experiencial 3: Após a publicação da portaria de pesquisa pelo IPHAN no mês de abril, entramos em contato com a empresa contratante para iniciarmos o campo, mas, a mesma nos informou que por conta da COVID-19 todos os trabalhos com colaboradores externos estavam suspensos. Um mês depois do contato inicial, a contratante informou que estava liberada a entrada de empresas terceirizadas para exercer suas atividades e nesse contexto demos início aos trabalhos de arqueologia. Assim, as primeiras atividades de campo iniciaram apenas no mês de maio em uma cidade do interior Brasileiro. Iniciamos com o treinamento de segurança do trabalho e saúde ocupacional ministrado pela contratante. O treinamento aconteceu com 12 pessoas no interior da empresa, em uma sala de treinamento com ar condicionado desligado e sem janelas abertas. Não foi disponibilizado álcool gel, somente foi aferida a temperatura de todas as pessoas que entravam na empresa e perguntado se haviam tomado a vacina da gripe H1N1. Os cuidados dentro da sala eram tomados individualmente, na medida do possível, visto que, nossa equipe estava relativamente assustada, então, estávamos tentando manter distância das outras pessoas, tínhamos álcool gel e álcool 70° líquido para borrifar nos calçados, canetas e etc. Contudo, durante o treinamento não houve qualquer informação sobre a COVID-19, apenas os protocolos comuns de segurança do trabalho, mas, nenhum direcionado à COVID-19. Na falta de orientação da empresa, decidimos seguir as recomendações da OMS quanto aos cuidados pessoais. No que se referiu a hospedagem em campo, optamos por retornar à cidade de moradia da equipe todos os dias, por ser relativamente perto da pesquisa, em torno de 45 km de distância. A alimentação do campo era levada todos os dias das nossas residências. Optamos por esse sistema para não precisar manter contato com outras pessoas em hotéis e restaurantes. No decorrer dos trabalhos diariamente passamos por aferição de temperatura, mas, somente isso. Nesse período, já haviam casos de Covid-19 dentro da empresa. Segundo informação da mesma, no início da pandemia 80% dos funcionários estavam em *Home office* e somente 20% estava trabalhando *in loco*. Com o passar dos dias a maioria dos setores retornou para trabalho presencial na empresa ficando afastado somente aqueles com baixa vulnerabilidade: os idosos e aqueles com algum tipo de doenças crônicas. Essas regras de afastamento não foram solicitadas à empresa de Arqueologia, somente no decorrer do trabalho solicitaram teste sorológico de coronavírus semanalmente, o que ficava financeiramente inviável, visto que, a empresa contratante não aceitou realizar aditivo financeiro para cobrir essas despesas. Contudo, como essas ações relativas aos testes foi tomada já no final das pesquisas, não foram necessários mais testes, pois, em poucos dias finalizamos os trabalhos em campo.

Relato experiencial 4: A nossa atividade de campo foi realizada no mês de Julho (no pico da pandemia). Se tratava de uma prospecção em um município do interior, com população predominantemente rural. A área onde o empreendimento seria instalado é um local de ambiente natural que, apesar de rural, possui bastante fluxo de pessoas, com comunidades densamente povoadas. Na ocasião da primeira etapa tivemos contato presencial com o engenheiro responsável pelo empreendimento e, em nenhum momento, houve preocupação por parte dele em manter distanciamento social. Muito pelo contrário, fez questão do habitual aperto de mãos entre profissionais que estabelecem relações de trabalho. Não nos foi questionado se iríamos precisar de materiais para higienização das mãos ou demais itens de segurança pessoal (como máscaras, *face shield* ou algo do gênero). A única exigência partiu da Secretaria Municipal de Saúde que, graças às informações repassadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nos solicitou que fôssemos em quarentena durante sete dias antes de iniciar as atividades, tendo em vista que todos os membros da equipe não eram moradores locais. Fomos obrigados a participar de uma encenação. O engenheiro faltou com a verdade ao informar à Secretaria Municipal de Saúde que ficaríamos em quarentena na zona rural durante sete dias; na realidade ele nos dispensou, e sem ter como nos mantermos em quarentena sem o apoio do empreendedor, retornamos cada qual para sua cidade. Depois dos sete dias nos encontramos novamente no município onde

ocorreria a atividade. Fomos orientados a fazer a quarentena em nossas casas para que o empreendedor economizasse os valores de hospedagem e alimentação durante os sete dias em que ficaríamos sem trabalhar. Ou seja, as exigências impostas pelo poder público municipal como medidas de segurança em combate à pandemia foram burladas pelo empreendedor. Contudo, a coordenação da nossa equipe de arqueologia, por compreender a importância da segurança, orientou a quarentena em nossas residências. Durante o desenvolvimento das atividades tivemos dificuldades em contratar mão de obra auxiliar devido ao receio dos moradores em manter contato com pessoas de fora. Ainda que tenhamos providenciado, por conta própria, todos os itens de EPIs para nós, equipe de arqueologia, e para os que seriam contratados como auxiliares. Além da dificuldade em relação às questões relacionadas à COVID-19, essa atividade se desenvolveu de forma extremamente tensa, pois, os moradores locais não estavam de acordo com a instalação do empreendimento, havendo necessidade inclusive de solicitação, por parte do engenheiro, de apoio da polícia militar para algum eventual conflito, assim como a expedição de uma liminar obrigando proprietários de terreno a autorizar as atividades de prospecção. Durante esse período sofremos diversas ameaças em campo e ainda tínhamos que conviver com o absoluto descaso por parte do empreendedor a respeito da nossa integridade física, tanto no que tange à COVID-19, quanto à tensão em relação aos moradores locais.

Relato Experiencial 5: A pesquisa ocorreu no período em que o Brasil havia paralisado grande parte das atividades, com números expressivos de contaminados e mortes diárias. A princípio antes de iniciar as atividades de campo, o empreendedor encaminhou algumas recomendações/protocolos para a equipe de arqueologia que estaria indo realizar a pesquisa arqueológica. Inicialmente, solicitamos que a equipe realizasse o teste rápido para COVID-19, em laboratório, e encaminhasse o resultado para os mesmos, em seguida, teríamos que ficar, reclusos por um período de sete dias, até o próximo exame, que seria o sorológico em um segundo laboratório, novamente após o exame, tivemos que ficar novamente reclusos por 24h, até termos os resultados do novo exame, os resultados deram negativos, e fomos liberados para ir a campo. Destaca-se que o resultado do exame só é válido para o período até a retirada do material sanguíneo para exame, após este, a qualquer momento pode ocorrer a contaminação. Na chegada ao local do empreendimento, estivemos junto aos colaboradores disponibilizados pelo empreendedor, e que iria nos acompanhar durante todo o trabalho. Perguntamos se os mesmos haviam realizado algum dos testes de COVID-19, que nos foi orientado pelo empreendedor, a resposta foi um não. A recomendação dada pelo empreendedor para o seu colaborador, era de usar a máscara durante todo o trabalho. Em um segundo momento, acreditávamos que teríamos mais alguma orientação/recomendação, ao sair e chegar de campo, e, que, durante a pesquisa seríamos monitorados, para em caso de contaminação interrompermos as atividades, para nossa surpresa não houve contato. O que aconteceu ao longo dos 20 dias de pesquisa de campo, foi, no nosso entendimento, um completo descaso da equipe técnica de segurança e de saúde do empreendedor, não nos contactaram em nenhum momento, seja na chegada, no meio ou ao final da pesquisa, seja para saber se estávamos tendo cuidados com higiene, e/ou com algum sintoma que pudesse requerer a paralisação das atividades. Apesar desse lapso do empreendedor, a equipe de arqueologia sempre manteve todos os cuidados, seguindo as recomendações da OMS, a fim de evitar a nossa contaminação, e de terceiros. Por fim, passou-se o período de campo, retornamos para nossas residências, contudo, o mesmo empreendedor que solicitou exames para nossa chegada na sua futura área de exploração, não recomendou novos exames para o retorno seguro para nossas residências.

Relatos do Final da Primeira e Início da Segunda Onda da Pandemia

Relato Experiencial 6: O trabalho aconteceu no mês de outubro em uma cidade do interior brasileiro. Esse trabalho foi contratado por uma empresa de pequeno porte, onde não aconteceu treinamento de segurança ou saúde ocupacional. A hospedagem ocorreu por conta do contratante em uma pousada que até então estava fechada por conta da

pandemia, sendo aberta àquela altura para nos receber. A mesma fornecia café da manhã individual para evitar possível contaminação. Com relação ao trabalho de campo, não observamos cuidados relacionados a evitar a contaminação por coronavírus por parte da contratante, exceto o uso de máscaras. O almoço foi fornecido junto a outras pessoas e os colaboradores foram subcontratados pela empresa contratante. Os colaboradores de campo utilizaram um carro e a equipe de arqueólogos utilizou outro carro para seguir a algumas áreas do campo. Acreditamos que a empresa não tinha nenhum protocolo formulado para o período pandêmico, pois, nada nos foi repassado. Um outro trabalho de campo se iniciou também no mês de outubro ocorrendo em algumas cidades brasileiras. Iniciamos o trabalho após o treinamento de segurança do trabalho e saúde ocupacional. Nesse caso, o treinamento ficou restrito à equipe de arqueologia porque não tinham outras categorias necessitando de treinamento, o que foi bom por se evitar ficar muitas horas em ambiente fechado com outras pessoas. Percebemos que não houve nenhum tema relacionado à COVID-19 e dessa forma a equipe se assegurou em continuar com os cuidados individuais tomados até então, para evitar contaminações.

O trabalho envolveu algumas cidades, então as hospedagens ocorreram semanalmente em diferentes hotéis, a maioria deles nas rodovias porque 90% das cidades estavam fechadas para pessoas que não residiam nas mesmas. A alimentação também se resumiu a restaurantes também nas rodovias e nessa situação ficamos susceptíveis a ser contaminados por conta do contato diário com estabelecimentos onde tinha uma rotatividade muito grande de pessoas que estavam em viagem. Com relação as entrevistas que realizamos com a população de todos os empreendimentos tivemos dificuldades em realizá-las, muitas vezes por medo dos moradores locais com a nossa aproximação. É importante destacar que optamos por ter uma equipe tanto como arqueólogos como com assistentes de campo fixa para evitar contrarmos nas cidades de desenvolvimento dos trabalhos e assim evitar rotatividade de funcionários, exceto ao trabalho onde houve o fornecimento do colaboradores de campo por parte do empreendedor. Por fim, salientamos que todo o cuidado para a não contaminação por coronavírus vem ocorrendo por conta da equipe de arqueologia, em utilizar máscaras, evitar o contato direto com outras pessoas, evitar contratar trabalhadores de campo nas cidades em que desenvolvem os trabalhos, trabalhar com equipe reduzida, manter produtos de higienização para toda a equipe de campo e EPIs.

Relato Experiencial 7: A pesquisa de campo ocorreu no início do mês de dezembro, período no qual grande parte da população brasileira já se sentia bastante cansada das regras de isolamento social e, portanto, com a falsa sensação de que o perigo iminente de contágio já havia passado. Esse período coincidiu também com o término das eleições municipais que tinham acontecido entre outubro e novembro. Com relação a nossa pesquisa em campo, o empreendedor não fez orientações quanto aos cuidados a serem tomados para a não contaminação por coronavírus, tampouco a prefeitura exigiu algum critério de cuidado ou distanciamento social a ser executado pela empresa. Nossa hospedagem se deu em uma pousada na sede do município onde realizamos a pesquisa arqueológica e a alimentação foi feita em vários restaurantes, pois, nesse momento os restaurantes estavam todos funcionando. O risco de contágio nesse período foi muito alto, pois, observávamos as pessoas tranquilas e sem cuidados maiores no município onde desenvolvemos a pesquisa. Vale salientar que no período antecedente às eleições as cidades já tinham retirado as barreiras sanitárias e se notava a falta de cuidados por parte dos governantes municipais e também da população em geral. As pessoas estavam sem isolamento social, transitando pelo comércio local como se não estivéssemos em plena pandemia. Para a pesquisa realizamos os cuidados necessários dentro das possibilidades da nossa equipe, com lavagem de mãos regradas, pois, a água em campo é escassa, mas, com uso de álcool em gel, uso de máscaras e distanciamento durante a execução da pesquisa, mas, dentro do carro não havia como realizar esse distanciamento. Nesse sentido, os riscos de contágio foram grandes e não completamente monitorados. Mas, apesar de estarmos cansados das regras, não descuidamos, principalmente

porque passamos a ter notícias da doença acometendo cada dia mais pessoas de nosso rol de relacionamentos. Nesse sentido, o medo tem sido o nosso condutor.

DISCUSSÃO

O primeiro ponto a ser analisado é que mesmo com a Pandemia da Sars-CoV-2 alguns segmentos empresariais que contratam serviços arqueológicos não pararam suas atividades presenciais completamente, como foi o caso da construção civil, contudo, diminuíram suas ações, principalmente no início da Pandemia. Com o passar dos meses, as empresas foram retornando às atividades presenciais para o licenciamento arqueológico de seus empreendimentos. Esses dados podem ser observados em Brasil (2020a), onde se percebe que o quantitativo de Portarias em 2020 foi praticamente o mesmo que em 2019, significando que a pesquisa dentro da Arqueologia Preventiva se manteve no mesmo patamar de 2019, o que é alto em se levando em consideração que o ano de 2020 foi atípico por estar em um processo pandêmico. Alguns empreendimentos atrasaram o início de atividades presenciais, como se observam no relato experiencial 3, mas, passada essa fase inicial da Pandemia, as empresas foram aos poucos se adequando à nova realidade. Um dos fatores que mais contribuiu para a retomada das atividades presenciais no país foram as declarações do presidente da república que claramente contrariava as recomendações da OMS no quesito distanciamento social. Mesmo com o Ministério da Saúde se posicionando pelo distanciamento social, o Presidente da República fazia pronunciamentos contrários, defendendo abertamente o retorno das atividades, colocando em risco a população brasileira. Além disso, o presidente declarava como exageradas as ações de prefeitos e governadores para conter o vírus (CONASEMS, 2020), em clara defesa de interesses econômicos e autenticando, assim, condutas empresariais não alinhadas com as recomendações da OMS. Se inicialmente as pessoas estavam desesperadas com medo da contaminação, após algum tempo, passaram-se a questionar a paralisação das atividades e até o distanciamento social visto que o discurso empresarial e do governo federal passou a girar em torno da economia do país. Sobre esse aspecto pontua Leal:

Assim que a política do distanciamento social se prolongava, começaram a se proliferar os discursos de empresários brasileiros a respeito de seu temor pelas consequências do Covid-19 para economia. Apesar de defenderem seus interesses, eles demonstravam suas supostas preocupações com a vida de trabalhadores que poderiam ficar desempregados ou até passar fome. Eles suplicavam coragem aos trabalhadores da linha de frente, os que seriam mais expostos ao vírus, não em seus escritórios, mas em grandes aglomerações do processo produtivo e do setor de serviços. Nessa situação, esses trabalhadores vivem durante a pandemia uma grave violência estrutural, expostos ao vírus, à desinformação, ao temor pela morte de seus familiares, ao desemprego e a dura condição de não ter escolha (Leal, 2020, p. 59).

Com os trabalhos acontecendo em campo, os relatos nos mostram que no início da Pandemia o medo e a insegurança foram os sentimentos que dominaram os profissionais de Arqueologia que estavam atuando em campo. O receio do contágio foi imperativo diante da chegada e avanço da Pandemia do coronavírus em seus ambientes de trabalho. Observa-se que as tomadas de decisões para a contenção da doença foram individualizadas, tendo pouca coordenação entre empreendedores/contratantes e as empresas e profissionais de Arqueologia. Os setores de Segurança do Trabalho das empresas contratantes não treinaram os contratados para a prevenção à COVID-19, conforme pode ser constatado nos relatos experienciais. As precárias medidas de segurança e falta de informações sistematizadas, na maioria das situações relatadas, contribuíram para insegurança dos trabalhadores, como pode ser observado no Relato experiencial 1. Salvo um dos relatos (Relato experiencial 2) em que o trabalho de

campo se deu com orientações de segurança indicadas pela OMS, os demais empreendedores permaneceram com condutas não orquestradas frente à Pandemia. As redes de comunicação como a televisão, as rádios, as mídias sociais e internet eram buscadas avidamente pela população e trabalhadores, para a aquisição de informações sobre o coronavírus e à procura de orientações. Aos arqueólogos não foi diferente. Em face da carência e desarticulação de normas de segurança nas empresas contratantes, se buscava as orientações especialmente da OMS. Naquele momento inicial da Pandemia a OMS indicava:

higienização das mãos com água e sabão sempre que possível e uso de álcool em gel nas situações em que o acesso à água e ao sabão não fosse possível. Também recomendavam evitar tocar olhos, nariz e boca, e proteger as pessoas ao redor ao espirrar ou tossir, com adoção da etiqueta respiratória, pelo uso do cotovelo flexionado ou lenço descartável.⁸ Além disso, a OMS indicou a manutenção da distância social (mínimo de um metro), que se evitassem aglomerações, e a utilização de máscara em caso de quadro gripal ou infecção pela Covid-19, ou se profissional de saúde no atendimento de pacientes suspeitos/infectados (OLIVEIRA et al., 2020, p. 3).

Ainda no mês de março de 2020 o Ministério da Saúde passou a dar boletins diários com informações sobre a COVID-19 e orientações à população. O Ministério da Economia disponibilizou um Ofício Circular contendo orientações gerais aos trabalhadores e empregadores durante a Pandemia do Sars-CoV-2 (BRASIL, 2020c) além de uma Portaria Conjunta Nº 20/2020 (BRASIL, 2020d). Contudo, vale mencionar que tais documentos são orientadores ficando, assim, o cumprimento, ou não dessas direções à critério de cada empresa ou trabalhador. Também, no mês de março, muitos municípios implantaram barreiras sanitárias para impedir ou controlar a entrada de pessoas com sintomas nas sedes municipais. Mas, apesar dessas ações ministeriais e das prefeituras e governos estaduais, o posicionamento de minimização, ridicularização e até de negação da Pandemia, por parte do presidente da república foi crucial para a desorganização e o caos no enfrentamento à COVID-19 no Brasil. Esse fato causou perplexidade no país e no exterior. Assim, diante da situação governamental brasileira, as conduções desse fenômeno não foram unânimes, desalinhando-se, muitas vezes, das orientações do próprio Ministério da Saúde e especialmente da Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão extremamente atacado pelo governo brasileiro. A falta de estabilidade do governo federal diante da Pandemia, levaram a ações não coordenadas e às vezes conflitantes entre municípios, estados e federação. Sobre as contradições dentro da esfera de governo federal, Francis Sodré ressalta:

(...) o posicionamento do Ministério da Saúde parecia rivalizar com os pronunciamentos abertos do presidente da república, os quais apostavam que os casos sobre a doença no Brasil estavam superdimensionados e que não tinham a magnitude que o Ministério da Saúde afirmava (SODRÉ, 2020, p.2).

Essa desarticulação levou a prejuízos, especialmente no que se referem aos caminhos a serem tomados para a prevenção da COVID-19 nas empresas que contrataram serviços arqueológicos, sobretudo as empresas de menor porte e as eminentemente nacionais, que não seguem protocolos estrangeiros. Embora existam regras sanitárias no Brasil, o que se observa é que o cumprimento destas foi desobedecida e a indisciplina foi estimulada pelo próprio chefe de governo. Sobre esse descumprimento de regras de prevenção à COVID-19 ainda está aliada a ideia de que determinados riscos encontram-se naturalizados para certos tipos de trabalho em nosso país. Sobre isso considera Silva et al. (2020, p. 3):

O Brasil conta com uma legislação abrangente que inclui as recomendações de órgãos internacionais sobre as ações de enfrentamento à COVID-19. No entanto, identificam-se lacunas no que se refere à fiscalização das medidas de

segurança e saúde no trabalho. No tocante aos riscos, observam-se entendimentos equivocados sobre a exposição aos riscos de sofrer agravos ocupacionais, naturalizando-os em determinadas atividades, como se fossem aceitáveis. Neste sentido, a saúde do trabalhador é analisada de forma completamente à parte das condições de trabalho, não merecendo preocupação por parte dos gestores – que consideram treinamentos e equipamentos de proteção individual (EPIs) como suficientes, embora fornecidos em quantidade e com qualidade duvidosas.

Ao analisarmos as condições no momento de ampla infecção, entre os meses de maio a julho, muitos municípios expandiram as barreiras sanitárias, fecharam segmentos comerciais e intensificaram o monitoramento de temperatura das pessoas. Empresas passaram a ser cobrados pelas vigilâncias sanitárias municipais e estaduais, mas, conforme observado no relato experiencial 4 algumas burlaram tais recomendações, dispensando as equipes de Arqueologia das quarentenas e demais cuidados. Ao analisarmos os relatos experienciais 3, 4 e 5, o que se observa ainda são ações sanitárias desarticuladas. Observam-se equívocos sanitários e de treinamentos como, por exemplo, do relato experiencial 3. No mês de maio o país estava já com números alarmantes de infecções e segundo o relato 3, o empreendedor colocou em um mesmo espaço um grupo grande de pessoas para a palestra de segurança e que não orientou sobre a Pandemia. Vale salientar que já existia desde o mês de março o Ofício Circular ministerial e a Portaria Conjunta Nº 20/2020 a serem seguidos pelos empreendedores nos ambientes de trabalho (BRASIL, 2020c e 2020d). Assim, em meio a carência de orientação e fiscalização sanitária, desinformação e, sobretudo, diante de um discurso presidencial permissivo no que concerne a atuação mais direcionada ao combate ao coronavírus, os funcionários de empresas, pressionados pela produtividade e necessitando concluir etapas dos trabalhos, acabam por violar a segurança e a saúde das equipes. Isso é infelizmente uma realidade observada, conforme relata Dias et al., (2020, p.5) sobre as condições de trabalho na construção civil no Brasil durante a Pandemia, “trabalhadores de algumas construtoras estão trabalhando(...), muitas vezes sem tomar as devidas precauções definidas pelos órgãos da saúde, correndo o risco de contaminação”. Em Portugal, por exemplo, a situação sanitária de quem trabalhou com a Arqueologia em empreendimentos empresariais no ano de 2020 não foi tão diferente. Uma pesquisa realizada com 121 arqueólogos portugueses sobre se o cumprimento das condições de higiene e segurança estavam acontecendo no trabalho de campo, conforme necessário para a prevenção da COVID-19, 44% dos investigados indicaram que tais condições de higiene e segurança estavam ausentes. Quando solicitados a expressarem suas queixas, 49% dos inquiridos relataram indignação quanto a ausência de asseio e garantias sanitárias nos locais de trabalho (STARQ, 2020).

O pico de infecção no Brasil foi observado no mês de julho, conforme dados de Brasil (2020e), mas, a partir do mês de agosto, embora os números ainda estivessem alarmantes, se começou a observar pequeno declínio quantitativo de casos de COVID-19. Essa tendência de queda no número de infecções aconteceu entre agosto a início de novembro. Contudo, imediatamente após as eleições municipais de segundo turno os números voltaram a crescer constituindo-se o que se começou a designar de segunda onda da COVID-19. Foi nesse período de diminuição da infecção pela Sars-CoV-2 no Brasil que houve maior negligência das normas de segurança por parte da população em geral e também um relaxamento pelos poderes governamentais e pelas empresas, no que concerne às normas de segurança do trabalho ao fator COVID-19. Nesse sentido, os trabalhos de campo em Arqueologia ocorridos nesse período se mostraram também bastante descuidados quanto ao fator prevenção à COVID-19, aliás, reduziu ainda mais o que já era deficiente. Como descrito no Relato experiencial 7: “grande parte da população brasileira já se sentia bastante cansada das regras de isolamento social e, portanto, com a falsa sensação de que o perigo iminente de contágio já havia passado”. Essa falsa sensação de segurança motivada principalmente pela eversão da política vivida no país durante o período eleitoral, culminou na rápida retomada do crescimento de casos de COVID-19

no país. Em meio a essa nova retomada de casos da doença que subiram de forma vertiginosa segue o trabalho de Arqueologia no Brasil a ser realizado em condições discutíveis de segurança quanto ao contágio da COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que, apesar da Pandemia e da emergência em se realizar ações coordenadas de prevenção à COVID-19 no Brasil, as empresas que atuaram na contratação de mão de obra arqueológica pouco orientaram e/ou fiscalizaram as equipes quanto ao seguimento das regras indicadas pela OMS e pelos Ministérios da Saúde e da Economia. Consideramos ainda que tais profissionais correram riscos à integridade de suas vidas nos ambientes de trabalho em campo, estando as incertezas e o medo ocupando espaços que deveriam ter sido ocupados pela disciplina e condutas preventivas. Para finalizar observamos com inquietação que, pelo menos no que se refere ao Brasil, a manutenção das engrenagens capitalistas foi mais importante para o governo federal que as relações de saúde dos trabalhadores e da população em geral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Portaria nº 230, de 17 de Dezembro de 2002. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Ministério do Turismo. 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf> Acesso em: 12 Dez. 2020.
- BRASIL. Gráficos – Publicação de Portarias e Projetos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Ministério do Turismo. 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1335/>> Acesso em: 17 Nov. 2020.
- BRASIL. Pesquisa Arqueológica - Portarias de Pesquisas Arqueológicas Publicadas no DOU - 1991 a 2020. 2020a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1375/>> Acesso em: 17 Nov. 2020.
- BRASIL. Sobre o PAC. Ministério do Planejamento. 2020b. Disponível em: <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>> Acesso em: 17 Nov. 2020.
- BRASIL. Orientações gerais aos trabalhadores e empregadores em razão da pandemia da COVID-19, Ofício Circular SEI nº 1088/2020/ME. Ministério da Economia - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - Secretaria de Trabalho - Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. Brasília, 27 de março de 2020. 2020c. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/orientacoes_sit_strab_-_orientacoes_gerais_para_trabalhadores_e_empregadores.pdf> Acesso em: 03 Dez. 2020.
- BRASIL. Portaria Conjunta Nº 20/2020 Ministério da Economia e Ministério da Saúde. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-20-de-18-de-junho-de-2020-262408085?_ga=2.265774863.1642209500.1609339879-1831876237.1607445585> Acesso em: 12 Nov. 2020.
- BRASIL. Coronavírus Brasil – Dados das Secretarias Estaduais de Saúde. 2020e. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 12 Dez. 2020.
- Caldarelli SB. Arqueologia preventiva: uma disciplina na confluência da arqueologia pública e da avaliação ambiental. *Habitus. Goiânia*, v. 13, n.1, p. 5-30, jan./jun. 2015.
- CONASEMS. NOTA: Posicionamento sobre a pandemia de COVID-19 e medidas de isolamento social. 2020. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/nota-posicionamento-sobre-a-pandemia-de-covid-19-e-medidas-de-isolamento-social/>> Acesso em: 16 Dez. 2020.
- Dias SC, Silva LMC, Nascimento LG, Oliveira FC, Lopes SJC, Sousa LM. Civil Construction Scenario in Brazil during the COVID-19 Pandemic. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-18, 2020.
- Godoy AS. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- SODRÉ, F. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020.
- Leal EM. Trabalho e relações de classe em tempos de pandemia. *Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia*, V8 S1, p. 57-62, 2020.
- Oliveira AC, Lucas TC, Iquiapaza RA. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2020, vol.29. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-070720000100201&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 16 Dez. 2020.
- OPAS-BRASIL. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812> Acesso em: 16 Dez. 2020.
- Silva LS, Machado EL, Oliveira HN, Ribeiro AP. Condições de trabalho e falta de informações sobre o impacto da COVID-19 entre trabalhadores da saúde. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, v. 45, e 24, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572020000101_502&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Dez. 2020.
- STARQ. Pandemia Covid-19 – Impacto laboral em Arqueologia – Resultados de inquérito submetido à comunidade de trabalhadores de arqueologia (entre 8 e 25 de Maio de 2020), 32p, 2020. Disponível em: <http://starq.info/wp_direc/wp-content/uploads/2020/07/COVID_Inqu%C3%A9rito-2_-Relat%C3%B3rio_final.pdf> Acesso em: 01 Dez. 2020.
- Zanettini P, Wichers CAM. Arqueologia preventiva e o ensino de Arqueologia no Brasil. *Habitus. Goiânia*, v. 12, n.2, p. 239-256, jul./dez. 2014.
